

PANORAMA LEGISLATIVO DO DESPORTO



ÍNDICE

1. HISTÓRICO LEGISLATIVO	5
Introdução.....	5
Contexto Autoritário.....	5
Lei Zico.....	5
Referências.....	6
2. LEI PELÉ - ASPECTOS GERAIS	7
Disposições gerais.....	7
Princípios	7
Manifestações desportivas	10
Sistema Nacional do Desporto	10
Referências	11
3. LEI PELÉ - PRÁTICA NÃO PROFISSIONAL	12
Organização e prática do desporto de rendimento	12
Atleta autônomo.....	12
Requisitos das entidades formadoras de atletas.....	13
Referências.....	14
4. LEI PELÉ - PRÁTICA PROFISSIONAL: COMPETIÇÃO	16
Atleta	16
Competição profissional.....	17
Referências.....	17
5. LEI PELÉ - DIREITOS FEDERATIVOS, DIREITOS ECONÔMICOS	18
Direitos Federativos.....	18
Direitos Econômicos	18
Referências.....	19
6. LEI PELÉ - PRÁTICA PROFISSIONAL: CONTRATO DE TRABALHO	20
O Contrato.....	20
Deveres.....	21

Referências.....21

7. LEI PELÉ - PRÁTICA PROFISSIONAL: DIREITO DE IMAGEM E ARENA..... 22

Direito de Arena22

Indenização22

Referências23

8. ESTATUTO DO TORCEDOR - TORCEDOR E TORCIDA ORGANIZADA..... 24

Disposições gerais.....24

Torcedor e torcida organizada24

Deveres do Torcedor.....25

Referências.....25

9. ESTATUTO DO TORCEDOR - COMPETIÇÃO 26

Transparência na organização26

Ouvidor da competição26

Organização das competições.....27

Regulamento da competição27

Critério técnico de partida27

Súmula28

10. ESTATUTO DO TORCEDOR - DAS PARTIDAS.....29

Preparação para as partidas29

Dos ingressos29

Laudos30

Referências30

11. ESTATUTO DO TORCEDOR - ARBITRAGEM E JUSTIÇA DESPORTIVA 31

Arbitragem esportiva.....31

Da relação com a justiça desportiva.....31

Referências.....32

12. ESTATUTO DO TORCEDOR - PARTE PENAL..... 33

Das penalidades33

Sanções à Administração.....33

Referências34

13. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO ESPORTE 35

Disposições gerais.....	35
Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro.....	35
Loteria Instantânea Exclusiva.....	36
Lei de Responsabilidade Fiscal.....	36
Ação Direita de Inconstitucionalidade 5.450.....	38
Referências.....	38

14. LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE - LEI 11.438/06 39

Lei de Incentivo ao Esporte.....	39
Proponente.....	39
Apoiador.....	39
Vedações.....	40
Referências.....	41

1. Histórico Legislativo

Introdução

O Direito Desportivo é um ramo em expansão, sobretudo porque o Brasil é conhecido por ser o país do futebol. Ele trata das relações jurídicas advindas das atividades desportivas, por isso, abrange outros ramos do direito, como o civil, o trabalhista, entre outros.

A unificação e universalização das regras de jogos, assim como as competições nacionais e internacionais trouxeram a necessidade da interferência do Estado para assegurar a disciplina desportiva.

Por ser um ramo novo, a bibliografia acerca do tema ainda é reduzida. Suas normas são esparsas, tanto escritas quanto consuetudinárias, extraídas de códigos e leis de diferentes ramos do Direito.

No Brasil, o Decreto-lei n. 3.199/1941 foi o primeiro diploma legal a tratar do tema. Ele entrou em vigor durante o Estado Novo (1937-1946) e no auge da Segunda Guerra Mundial, em um contexto de poder centralizado, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo.

Nesse sentido, o art. 48 do referido Decreto-lei declarava que a entidade desportiva exercia uma função de caráter patriótico. Era proibida a organização e funcionamento de entidade desportiva de que resultasse lucro para os que nela empregam capitais sob qualquer forma.

Contexto Autoritário

Posteriormente, tivemos o Decreto-lei 3199/75, novamente editado em um contexto autoritário, durante a Ditadura Militar. O esporte ainda era tido como uma atividade de interesse nacional.

Embora procedesse algumas modernizações, os recursos financeiros eram gerenciados pelo Estado e só eram repassados se o desporto estivesse de acordo com o governo.

Naquela mesma década, surge o Decreto-lei n. 6.354, de 1976, que tratou a respeito das relações trabalhistas entre o atleta e as entidades desportivas. Estabeleceu, entre outros temas, o limite de idade, a jornada de trabalho, férias anuais, condições para cessão ou transferência do atleta e o instituto do passe.

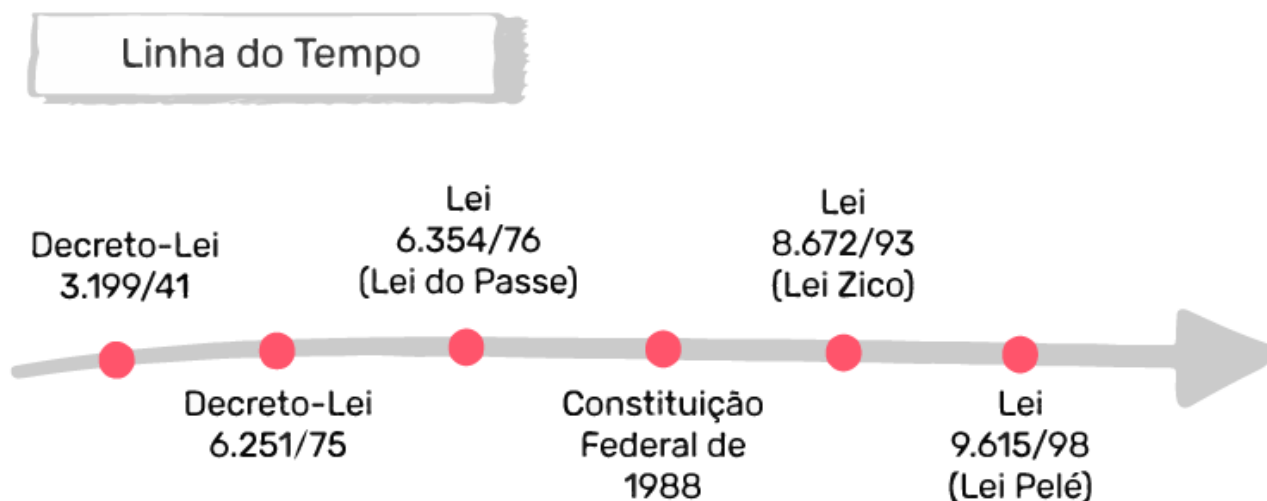
Lei Zico

A Lei n. 8.672/1993, chamada de Lei Zico, instituiu normas gerais sobre o desporto e rompeu com a visão que se tinha até então sobre o tema.

De acordo com ela, o desporto brasileiro abrangia práticas formais e informais. Ademais, reduziu a interferência do Estado no esporte.

Por fim, a Lei nº 9.615/98, chamada de “Lei Pelé”, seguiu as diretrizes da lei anterior, contudo, determinou a extinção do passe dos atletas, sem o qual eles não podiam exercer sua profissão sem estar vinculados aos seus clubes.

Também tratou de obrigações trabalhistas, término do contrato, dentre outros aspectos, os quais veremos a seguir.



Referências

- GOMES, Job Eloisio Vieira. Direito desportivo: interesses econômicos no futebol moderno. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.
- SILVA, Diego Augusto Santos. Evolução histórica da legislação esportiva brasileira: do estado novo ao século XXI. Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança, v. 3, n. 3, p. 69-78, set. 2008.

OPS....

Você está sem permissão para ver o conteúdo integral deste ebook.

Que tal assinar um dos nossos planos?

VER TODOS OS PLANOS

Panorama Legislativo do Desporto



www.trilhante.com.br

